



Recebido: 25/07/2012

Aprovado: 18/09/2012

Publicado: 10/12/2012

2. Aspectos do Elemento Humano na Cultura Cabo-Verdiana

Christina Ramalho^I

Este artigo tem por objetivo dar destaque a três relevantes aspectos relacionados ao elemento humano que incidem para a compreensão da cultura cabo-verdiana: a mestiçagem, a morabeza e a diáspora. A partir desses três focos serão dimensionadas questões como a condição colonial e a pós-colonial, o processo que levou o país à independência e a importância das mulheres na sociedade cabo-verdiana. Os pensamentos de Gabriel Mariano, Mário Brito-Semedo, Stuart Hall, Simone Caputo Gomes, Carmen Tindó, José Carlos Gomes dos Anjos e António Tomás oferecem o necessário suporte teórico para as considerações feitas.

Palavras-Chave: Cabo Verde, mestiçagem, morabeza, diáspora.

Aspects of the Human Element in Culture Cape Verdean

This article aims to highlight three important aspects that relate to the human element to understanding the Cape Verdean culture: miscegenation, morabeza and the Diaspora. From these three foci are scaled condition issues like colonial and post-colonial, the process that led the country to independence and the importance of women in Cape Verdean society. Thoughts of Gabriel Mariano, Mario Brito-Semedo, Stuart Hall, Simone Caputo Gomes, Tindo Carmen, José Carlos Gomes dos Anjos and António Tomás offer the necessary support to the theoretical considerations.

Keywords: Cape Verde, miscegenation, morabeza, diaspora.

Este artigo tem por objetivo dar destaque a três relevantes aspectos relacionados ao elemento humano que incidem para a compreensão da cultura cabo-verdiana: a mestiçagem, a morabeza e a diáspora^{II}. A partir desses três focos serão dimensionadas questões como a condição colonial e a pós-colonial, o processo que levou o país à independência e a importância das mulheres na sociedade cabo-verdiana.



Recebido: 25/07/2012

Aprovado: 18/09/2012

Publicado: 10/12/2012

Caracterizado pela mestiçagem, o país tem, nas figuras do mestiço e da mestiça, ícones da história de sua povoação e referentes importantes para se compreenderem os porquês de a cultura cabo-verdiana ser exemplo de uma concepção de mestiçagem diferente daquela que se reconhece na formação cultural de outras colônias portuguesas. De outro lado, também integra a identidade cultural de Cabo Verde a “morabeza”, termo que define o “modo de ser” típico dos cabo-verdianos, tal como no Brasil se usa a “cordialidade”. Todavia, se de um lado a morabeza, como se verá, configura uma forma pacífica de atuação social, de outro, a necessidade de movimentos enérgicos em direção à independência do país revelou discrepâncias entre a realidade social e a realidade política. Já a diáspora, fruto da real necessidade de os cabo-verdianos buscarem fora de seu país oportunidades para o sustento de suas famílias, incidiu para que a figura da mulher ganhasse relevo, visto terem sido as mulheres a parte da população que efetivamente consolidou a relação da família com a terra “mátria”, como ali se costuma caracterizar a nação cabo-verdiana.

Pequeno país insular, Cabo Verde foi povoado a partir da chegada dos portugueses ao arquipélago, em 1456, tornando-se, com a colonização, centro do comércio de escravos e refúgio de piratas. As ilhas cabo-verdianas — São Vicente, São Nicolau, Santo Antão, Santa Luzia (não habitada), Sal e Boa Vista, a barlavento, e Brava, Fogo, Santiago e Maio, a sotavento, — serviram de assentamento ao primeiro núcleo urbano europeu na zona tropical, que teve início com a cidade de Ribeira Grande, na ilha de Santo Antão. A cidade chegou a prosperar economicamente durante o século XVI, com o comércio de escravos, mas foi vítima de ataques de corsários holandeses e britânicos, até ser abandonada no início do século XVIII, após uma incursão francesa. Em 1770 instalou-se a capital em Praia, na ilha de Santiago. A partir de 1876, com a extinção dos navios negreiros, a prosperidade das ilhas cessou. À seca e à fome somaram-se a corrupção e a má administração. No final do século XIX ocorreu um breve ressurgimento econômico do arquipélago em consequência de sua posição estratégica, a meio caminho das rotas marítimas entre Europa e América. A substituição do carvão pelo petróleo como combustível para os navios, dando-lhes maior autonomia, acarretou o fim dessa etapa.

Cabo Verde tornou-se província ultramarina portuguesa em 1951 e dez anos depois seus habitantes obtiveram a nacionalidade lusa, o que, todavia, não impediu a progressão de um forte movimento pró-independência. Após a conquista da independência, em 1975, o



Recebido: 25/07/2012

Aprovado: 18/09/2012

Publicado: 10/12/2012

arquipélago organizou-se como uma república governada por um partido único até chegar ao multipartidarismo que hoje caracteriza o país.

Do ponto de vista étnico, o traço dominante da população de Cabo Verde é a mestiçagem, variável nas diversas ilhas, porém sempre acentuada. Cerca de dois terços dos habitantes são mulatos; o restante é composto por negros e, em menor escala, brancos.

O processo de mestiçagem entre o branco português e o negro africano está na base dessa cultura e, pouco a pouco, ampliou-se pela presença de outros segmentos do continente europeu, americano e asiático no país. Contudo, há um fator na formação identitária de Cabo Verde que é extremamente relevante para que se compreenda a história do país. Em termos antropológicos, Cabo Verde distinguiu-se das outras colônias portuguesas, porque ali o mestiço e a mestiça, retratados na figura do mulato e da mulata, não sofreram as injunções raciais presentes em países como Brasil e Angola, por exemplo. O mulato e a mulata são, no contexto histórico e antropológico da formação identitária cabo-verdiana, o mais profundo e estável referente humano do país, ainda que, por questões de distribuição do elemento português (e europeu) e do elemento negro nas ilhas, haja aspectos antropológicos identitários distintos quando se considera cada ilha separadamente.

Uma das muitas leituras críticas desse fenômeno vem de Gabriel Mariano:

Parece-me ter havido em Cabo Verde um certo desvio naquilo que o português realizou nas áfricas. Melhor dizendo, um certo desvio na posição e na situação do homem português perante a direção dos fenômenos que foram surgindo nas suas vicissitudes de contacto com os povos afro-negros. No Brasil, por exemplo, nota-se que ao branco coube sempre a função de líder, de mestre na evolução da sociedade brasileira. Em Angola, Moçambique, Guiné ou S. Tomé e Príncipe, coube ao português o poder de comandar o fluir e o refluir dos acontecimentos locais. Em Cabo Verde o problema parece-me de certo modo diverso, pois aí o mulato adquiriu desde cedo grande liberdade de movimentos e teria sido ele, o mulato, quem realizou em Cabo Verde o papel que o português reinol desempenhou no Brasil. Isto é: ter-se-ia transferido para o mulato a condição de mestre, de líder na estruturação da sociedade caboverdeana. /.../ Teria sido este quem se encarregou de receber e recriar elementos da civilização europeia. E teria sido o funcho, e não o sobrado, o laboratório exacto onde se processou a síntese de culturas, e a apropriação pelo



Recebido: 25/07/2012

Aprovado: 18/09/2012

Publicado: 10/12/2012

negro e pelo mulato de elementos e expressões civilizacionais portuguesas. A cultura fez-se de baixo para cima. Não se fez da Casa Grande para a senzala como sugere G. Freyre.^{III}

Claro está que essa questão é amplíssima e que reduzir a presença do elemento humano em Cabo Verde a uma imagem pacífica e democrática da mestiçagem ali realizada seria incorrer em erro grave, principalmente se o foco se volta ao problema da escravização dos negros africanos e ao papel de Cabo Verde como uma das colônias de um país escravocrata. Todavia, ainda que importantíssimo em termos de reflexão sobre as perversas injunções colonialistas portuguesas, esse tema não interferiu de forma dramática para o caráter antropológico do país. Houve, em Cabo Verde, pelas próprias circunstâncias do povoamento da região, que não era habitada, e da realidade geológica das ilhas, que não convidavam às migrações, uma postura diferente por parte de portugueses e negros que necessitavam viver e sobreviver nas ilhas. Também Gabriel Mariano contempla essa realidade:

... o que explica, possivelmente, o caso caboverdeano é a pouca consistência dos vínculos de subordinação colonial aí estabelecidos. Pouca consistência que me parece ser obra não de métodos de governação, mas antes do simples e espontâneo fluir dos acontecimentos. De acontecimentos comandados pelas qualidades não fabricadas do português e do negro africano. Dos fracos recursos agrários que desde cedo repeliram a emigração intensiva e sistemática de colonos europeus e a introdução das grandes plantações ou da monocultura; do abandono administrativo a que as ilhas foram largo tempo votadas; da mestiçagem intensa provocada pelas próprias circunstâncias de convívio local; pela falta de mulheres brancas; pela moral sexual do português; pelo isolamento; pela pequenez das ilhas. Tudo isso amalgamando-se continuamente devido à permanência com que aos habitantes se punha o problema da sobrevivência: as secas e os ataques dos piratas, levando brancos, negros e mulatos, no dizer de João Lopes, a embalar fraternalmente a trouxa e a procurar refúgio no interior das ilhas.^{IV}

As circunstâncias, portanto, que levaram o processo de mestiçagem a ter, em Cabo Verde, uma dimensão de naturalidade e de certa divisão harmônica do poder, justificam, por exemplo, a presença da língua crioula como traço identitário do país, processo que, conforme o próprio Mariano destacou, não ocorreu no Brasil, onde a imensa presença de negros não foi suficiente para legitimar a permanência de línguas crioulas. Ainda que hoje, em um Cabo Verde independente, se discuta amplamente a questão do bilinguismo e do papel do crioulo na



Recebido: 25/07/2012

Aprovado: 18/09/2012

Publicado: 10/12/2012

expressão identitária do país, não resta a menor dúvida de que, no que se refere à mestiçagem e a seus reflexos, o povo cabo-verdiano teve um grande privilégio histórico: não ter o preconceito racial como uma praga cultural, tal como ocorreu e ocorre em outras nações do mundo, onde a mestiçagem deflagrou-se à custa de grandes prejuízos humanos. Por essa razão, a expressão de Mariano “o mundo que o mulato criou” — contrapondo-se à conhecida obra de Gilberto Freyre O mundo que o português criou — parece atestar que, ao menos em termos de sua formação racial, o povo cabo-verdiano não traz consigo grandes conflitos.

Por outro lado, o fato de o mulato e a mulata se constituírem como elementos reconhecidamente fulcrais da formação identitária de Cabo Verde e as assimilações interculturais decorrentes de uma mestiçagem natural podem ter resultado em uma aceitação mais pacífica da parcela portuguesa dessa identidade mestiça, o que, no caso das lutas pela independência do país, se torna um fator de abrandamento do necessário caráter revoltoso que deve ter uma sociedade que busca emancipação.

Também fruto desse processo de mestiçagem, a “morabeza cabo-verdiana” constitui uma espécie de “retrato” do caráter do povo cabo-verdiano, assim como a “cordialidade” retrata o brasileiro. É necessário, contudo, compreender a extensão do termo e, para isso, faço uso das palavras de Carmen Tindó:

A morabeza, amorabilidade ou amorosidade atribuída aos caboverdianos é, atualmente, entendida como fator de resistência do ilhéu que imprimiu seu ritmo dolente ao idioma do colonizador, inoculando-o com traços da sua musicalidade mestiça, resultado do entrecruzamento das culturas que permearam a formação do povo de Cabo Verde. Na época, entretanto, a morabeza foi usada para definir o caboverdiano como um ser dócil, passivo, o que servia para justificar a filosofia da democracia racial defendida pelo lusotropicalismo de Gilberto Freyre, sociólogo brasileiro que esteve também no Arquipélago, colhendo dados para escrever o livro O Mundo que o português criou, ensaio no qual fez a apologia da superioridade branca nos trópicos.”^v

Seguindo a argumentação da autora, muito mais do que passividade, a morabeza cabo-verdiana define um traço legítimo da cultura do país, caracterizando uma forma de sobrevivência e também de resistência. Somando a mestiçagem e a morabeza a aspectos da colonização, temos alguns vieses para entender o processo que gerou a independência do país.



Recebido: 25/07/2012

Aprovado: 18/09/2012

Publicado: 10/12/2012

A colonização portuguesa em Cabo Verde gerou, entre outros, o empobrecimento e a degradação do solo, originada pelo cultivo abusivo de algodão, índigo e a cultura caprina. O sistema colonialista consistia em manter os agricultores trabalhando para os “senhores da terra”, ficando, estes últimos, com até metade da colheita. O sal marinho, a pesca e o comércio eram monopolizados por capitalistas europeus. Simone Caputo Gomes revela o marco fascista nas relações entre Portugal e Cabo Verde, no século XX:

Sendo Portugal em país de regime político fascista desde 1926 e tratando-se do mais antigo país colonialista, cuja economia, no entanto, está dominada pelos monopólios de países imperialistas mais poderosos, intensificaram-se muito as feições da dominação em Cabo Verde.^{VI}

A partir da década de 40 até a efetiva atuação de Amílcar Cabral, líder da independência de Cabo Verde e de Guiné Bissau, as colônias africanas passaram por um conturbado processo de conscientização nacional e luta pela independência.

Os principais registros políticos do processo de independência cabo-verdiana são os seguintes: 1956 – Criação do Partido Africano de Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), por iniciativa de Amílcar Cabral e Aristides Pereira; 1963 (1º. de janeiro) – início da luta armada pela independência deflagrada pelo PAIGC; 1975 – no dia 5 de julho acontece a independência do país, tornando-se presidente Aristides Pereira; 1980 – é adotada uma Constituição e o projeto de uma suposta união entre Cabo Verde e Guiné Bissau é abandonado; 1990 – em 19 de fevereiro Cabo Verde se abre ao regime multipartidário através da Constituição emendada em 28 de setembro de 1990, quando é oficialmente adotado o multipartidarismo; 1991 – vitória da oposição nas eleições, quando Mascarenhas Monteiro, do Movimento para a Democracia, foi eleito Presidente da República e Carlos Veiga, primeiro-ministro (foi a primeira vez que um líder de oposição chegou ao governo de um país africano por meio de uma eleição); 1992 – mudança constitucional; 1993 – aceleração do processo de liberalização da economia.

A partir daí, Cabo Verde definiu uma trajetória de constante busca pela vivência democrática, em que pesem os naturais conflitos ideológicos que estão na base de qualquer configuração política. Também se nota o encaminhamento da economia nacional no sentido de projetar Cabo Verde na economia mundial. Todavia, até chegar a um discurso relativamente



Recebido: 25/07/2012

Aprovado: 18/09/2012

Publicado: 10/12/2012

hegemônico, Cabo Verde passou por antagonismos bem compreendidos à luz do conceito de “pós-colonialismo” e do largo percurso que, normalmente, permeia as transformações de uma colônia em uma nação.

Definida, após a independência, como uma cultural pós-colonial, a identidade cabo-verdiana não escapa, pois, de colher as marcas de um passado que a prende ao universo colonial. Algumas considerações de Stuart Hall são esclarecedoras:

... a “colonização” sinaliza a ocupação e o controle colonial direto. Já a transição para o “pós-colonial” é caracterizada pela independência do controle colonial direto, pela formação de novos Estados-nação, por formas de desenvolvimento econômico dominadas pelo crescimento do capital local e suas relações de dependência neocolonial com o mundo desenvolvido capitalista, bem como pela política que advém da emergência de poderosas elites locais que administram os efeitos contraditórios do subdesenvolvimento.^{VII}

Essas colocações permitem que se compreenda que o processo de formação identitária de uma nação que passou pela experiência colonial não está livre de novas injunções que incluem, obviamente, as relações internas e externas do país. Também esclarecedora é visão expressa por José Carlos Gomes dos Anjos ao afirmar que:

Se a descolonização não promove necessariamente a passagem de todo um povo da condição de oprimido a cidadão, certamente obriga a sociedade a fazer face a novas formas de intervenção de sua elite nativa na mobilização de recursos, o que implica na necessidade de elaborar um novo sistema de representações, de “inventar” uma nova forma de legitimidade.^{VIII}

O discurso de António de Oliveira Salazar intitulado “Os cabo-verdianos nunca pensaram numa utópica independência” (datado de julho de 1961), citado por Mário Brito-Semedo, é bastante revelador de um espírito cabo-verdiano conservador que, curiosamente, marcou uma perspectiva antagônica ao daquele que Brito-Semedo chamou de “resistência cultural desenvolvida ao longo dos séculos pela emergente ‘nação cabo-verdiana’ como forma de reivindicar a sua identidade singular dentro deste Portugal “uno e indivisível” defendido pelo Estado Novo.”^{IX}



Recebido: 25/07/2012

Aprovado: 18/09/2012

Publicado: 10/12/2012

Vejamos um trecho do discurso de Salazar, por meio do qual se percebe a existência de um segmento da própria sociedade cabo-verdiana que, por acomodação e interesses próprios de uma elite estabelecida, rechaça a ideia de se tornar independente de Portugal:

Mesmo não considerados os anos de seca e de crise, Cabo Verde está sendo alimentado pela metrópole quanto a investimentos e subsidiado pelo Tesouro para cobertura das despesas extraordinárias. Daqui vem que os cabo-verdianos que vemos nos mais altos cargos da diplomacia, do governo ou da administração pública por onde é Portugal, nunca pensaram em avançar no sentido de uma utópica independência mas no da integração, ao advogarem a passagem para o regime administrativo dos Açores e da madeira.^X

Também António Tomás, em *O fazedor de utopias*, salienta, criticamente, a recepção da independência em Cabo Verde:

Por razões muito diferentes, Cabo Verde e a Guiné-Bissau vivem as desilusões das independências africanas. A guerra colonial nunca chegou a Cabo Verde, tendo a Guiné pago a pesada factura da libertação dos dois países. Portanto, foi pela guerra colonial que muitos cabo-verdianos acabaram por ter o que não queriam — a independência —, pois, na altura em que se negociou a independência, face às incertezas sobre a viabilidade económica do arquipélago, muitos teriam preferido continuar portugueses. Para estes, a autonomia do país não constituiu razão para festejos.^{XI}

E ainda outra voz, a de José Carlos Gomes dos Anjos, retrata a dualidade com que o movimento e a conquista da independência se configuraram em Cabo Verde:

A independência de Cabo Verde, em 5 de julho de 1975, realizou um objetivo que alguns anos antes só residia na imaginação de relativamente poucos cabo-verdianos. Como qualquer outra invenção humana, ela primeiro teve que se tornar pensável, teve que ser portada por um grupo de pessoas dotadas dos instrumentos cognitivos para desenvolver esse imaginário e dos instrumentos políticos e militares para efectivá-lo. Este objetivo imaginário é implementado pela via do poder, isto é, pela relação social que assegura a um grupo a possibilidade de constranger a maioria e levá-los assim a fazer o que não fariam sem esse constrangimento. Para tanto é instrumentalizada uma multiplicidade de



Recebido: 25/07/2012
Aprovado: 18/09/2012
Publicado: 10/12/2012

mecanismos e de princípios de dominação e legitimação que concorrem entre si e se complementam hierarquizando-se.^{XII}

Em relação à outra face da moeda, os movimentos de resistência e luta em prol da independência, volto a citar Brito-Semedo e a alusão que ele faz ao documento redigido por Manecas Duarte, juntamente com Gabriel Mariano e José Leitão da Graça e que constitui o que Brito-Semedo chamada de “o ideário da Nova Largada”^{XIII}. O teor do documento revela uma voz que se nomeia plural — “Nós, Povo das Ilhas”. Apesar da larga citação, creio ser imprescindível incluí-la aqui e, a partir dela, ilustrar o conteúdo filosófico de uma cultura à beira de conquistar sua autonomia.

1. Nós, Povo das Ilhas, estamos cansados, a um ponto insuportável, de sermos animais de trabalhos, constantemente ameaçados pela fome [...].
2. Nós, Povo das Ilhas, não podemos continuar a ser exportados em porões de modernos vapores negreiros, em condições (asfixia, promiscuidade, fome) só comparáveis às do tráfico dos séculos XVII e XVIII, para as roças de S. Tomé e Angola [...].
3. Nós, Povo das Ilhas, não podemos continuar a morrer às dezenas de milhar nas calamidades de seca (crises) [...].
4. Nós, Povo das Ilhas, não podemos continuar a trabalhar, nas fábricas de conserva de peixe vinte horas por dia ganhando salário equivalente a seis litros de milho.
5. Nós, Povo das Ilhas, não podemos continuar a ser dizimados pelas doenças, por não haver hospitais, nem médicos, nem medicamentos; por sermos escorraçados das enfermarias e ingerirmos drogas impróprias ou deterioradas.
6. Nós, Povo das Ilhas, não podemos continuar a sofrer o vexame das discriminações raciais. Não podemos [...] continuar a ver nosso trabalho, em quantidade e qualidade igual ao dos europeus, pago com remuneração umas tantas vezes inferior à deles [...].
7. Nós, Povo das Ilhas, não podemos continuar à mercê do arbítrio de um governo todo-poderoso, subordinados a um conselho legislativo de brancos e mestiços descorados, que não são por nós eleitos [...].
8. Nós, Povo das Ilhas, não podemos continuar a suportar que os usos e costumes que nos foram legados pelos nossos antepassados de origem negra sejam perseguidos a pretexto de imoralidades pelos sacerdotes católicos, a pretexto de barbarismo, espezinados pelas autoridades coloniais, escarnecidos pela classe europeia dominante, renegados por mestiços trespassados drasticamente pelo punhal da inautenticidade colonial.



Recebido: 25/07/2012

Aprovado: 18/09/2012

Publicado: 10/12/2012

9. Nós, Povo das Ilhas, não queremos que os nossos filhos e netos continuem a frequentar escolas onde apenas e obrigatoriamente estudam coisas europeias, onde só ouvem falar da geografia de Portugal, da sua fauna e da sua flora, da sua história e dos seus heróis [...].

10. Nós, Povo das Ilhas, não podemos continuar em todos os momentos da nossa vida de relação [...] sujeitos obrigatoriamente a uma língua oficial que não é a língua materna de nosso povo [...].

11. Nós, Povo das Ilhas, não queremos continuar a pensar com pensamentos que não nos pertencem e nos foram impostos pela dominação colonial portuguesa; não queremos continuar a sentir com sentimentos que nos são alheios e constroem a renegar o nosso corpo [...] e a grande raça negra materna.^{XIV}

Em relação à economia do país, que também incide diretamente para a feição antropológica de Cabo Verde, cabe lembrar que grandes ciclos de seca e fome (um deles, muito relevante, começou em 1968) provocaram migrações da população rural para os centros urbanos e para o exterior^{XV}. O país, com um contingente muito grande de emigrados, passou a contar com a remessa de dinheiro por parte desses emigrantes. Assim, a diáspora se fez outro marco da identidade cabo-verdiana.

Mário Brito-Semedo faz uma análise do perfil do homem cabo-verdiano que leva em consideração aspectos relacionados à história e à geografia do país que acabam tocando no significado ou nas consequências da diáspora:

As ilhas, com uma história de escravatura, sendo rota marítima e um lugar de pilhagem de piratas, desenvolveram no homem cabo-verdiano uma dupla identidade, centrípeta e centrífuga, que funciona de uma forma dinâmica. O amor à terra, a identidade centrípeta, é contrabalançado pelo gosto de viajar ou pela necessidade trágica de emigrar, a identidade centrífuga. Esses factores terão contribuído para que se desenvolvesse no homem das ilhas uma psicologia e uma cultura específicas — o sentimento do “querer bipartido”, na expressão do poeta Pedro Corsino de Azevedo (São Nicolau, 1905-1942), ou melhor, o desespero de “querer partir e ter de ficar” e o de “querer ficar e ter de partir”.^{XVI}

Outro aspecto derivado da diáspora e relacionado ao quadro de expressão humano-existencial contundente para a compreensão da formação cultural de Cabo Verde é a participação das mulheres na sociedade. O fato de ser o sustentáculo de uma cultura marcada pela diáspora



Recebido: 25/07/2012

Aprovado: 18/09/2012

Publicado: 10/12/2012

predominantemente masculina, fez das mulheres cabo-verdianas um foco para a análise do próprio encaminhamento da formação e da consolidação identitária do país.

Sobre essa participação, principalmente no que se refere às mulheres das camadas menos privilegiadas da sociedade cabo-verdiana, afirmou Simone Caputo Gomes em “Cabo Verde: rosto e trabalhos femininos na evolução da cultura e da literatura”:

... a mulher é normalmente chamada a realizar tarefas na agricultura, como a sementeira, a colheita, o descasque e a transformação do produto; por vezes, faz trabalhos pesados, como carregar pedregulhos ou latões de cascalho à cabeça na frente de abertura de estradas na rocha, ajudando o homem, ao mesmo tempo em que se desdobra para cumprir as tarefas domésticas como cuidar do filho pequeno, transportar lenha, recolher água (para o que precisa percorrer longos trajetos), ou fazer funcionar o fogão de pedra.^{XVII}

Todavia, também bastante expressivo é o número de mulheres cabo-verdianas que lograram alcançar representatividade na cultura, na política e no desenvolvimento do país. A evolução das condições de vida das mulheres em Cabo Verde e seu crescente progresso em relação ao acesso à educação e às estruturas de saneamento básico prova que, década após década, as mulheres têm alcançado uma inscrição que vai além dos referentes míticos que vinculam a terra à mulher, em um processo muitas vezes meramente alegórico.

De forma sintética, retomando a perspectiva de Simone Caputo Gomes^{XVIII} sobre a questão, podem-se destacar os principais pontos a partir dos quais se organiza a visão da importância das mulheres na sociedade cabo-verdiana, incluindo, entre esses pontos, não só os que representam avanços, como também os que denunciam injunções patriarcais: a) as mulheres têm a função de transmissoras da cultura, ocupando-se da educação inicial das crianças, da transmissão de práticas e comportamentos, da perpetuação de costumes, religião, crenças, culinária, etc.; b) as mulheres têm papel relevante na tradição oral, por assumirem a função de contadoras de histórias; c) as mulheres do povo são as principais responsáveis pela perpetuação da morna antiga, e o “coro feminino” na música é um registro cultural relevante no país; d) a maternidade precoce, o alcoolismo, o analfabetismo e a prostituição são os principais entraves à emancipação feminina no país; e) a fundação da Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) em 27 de março de 1981, por sua atuação pragmática na melhoria das condições de vida e na formação das mulheres, é um marco na gradual conquista



Recebido: 25/07/2012

Aprovado: 18/09/2012

Publicado: 10/12/2012

da emancipação das mulheres cabo-verdianas; f) a atuação das intelectuais cabo-verdianas, entre escritoras, historiadoras e pensadoras em geral, é fator igualmente importante para se pensar a presença das mulheres no perfil identitário do país; g) a colaboração das mulheres nas publicações em periódicos merece destaque como fonte para a compreensão da amplitude da participação das mulheres na cultura do país.

Ressalto, ainda, a descriminalização do aborto em Cabo Verde ocorrida ainda nos anos 80, o que, diante da expressiva maioria católica que caracteriza a religião no país, parece surpreendente; e o alto percentual de participação das mulheres no governo, conforme anunciava, em 30 de junho de 2008, o jornal Diário de Notícias: “Após a remodelação governamental, anunciada na sexta-feira pelo primeiro-ministro José Maria das Neves, Cabo Verde, um dos Estados africanos mais desenvolvidos, passou a ter oito ministras e sete ministros”.^{XIX}

Concluo essa breve abordagem reafirmando que a mestiçagem, a morabeza e a diáspora são fontes imprescindíveis para que se possa dimensionar a face antropológica de Cabo Verde. A partir desses aspectos, das relações entre eles e dos reflexos que os três geraram e ainda geram na cultura cabo-verdiana, uma instigante nação se revela.

Notas

^IProf.a. Dr.a. em Ciência da Literatura (UFRJ, 2004); professora Adjunta de Estágio e Literaturas de Língua Portuguesa no campus Itabaiana da UFS desde fevereiro de 2012. O foco principal de suas pesquisas é o gênero épico.

^{II}As considerações sobre esses aspectos derivam da pesquisa de pós-doutorado realizada de junho de 2010 a fevereiro de 2012, junto à USP/FAPESP, que teve como tema o estudo do epos cabo-verdiano na obra *A cabeça calva de Deus*, de Corsino Fortes, poema épico composto por três livros — *Pão & Fonema*, de 1974; *Árvore & Tambor*, de 1986, e *Pedras de sol & Substância*, de 2001 — que se consolidou na tradição literária do país como marco estético e como veiculadora de um repertório expressivo, metafórico e sintético da formação identitária de Cabo Verde. O recorte restringe-se aos aspectos abordados, não fazendo, pois, alusão direta à obra.

^{III}MARIANO, 1991, p. 53.

^{IV}MARIANO, 1991, p. 49.

^VNa apresentação de *Antologia do mar na poesia africana de língua portuguesa do século XX – Cabo Verde*, p.11.



Recebido: 25/07/2012

Aprovado: 18/09/2012

Publicado: 10/12/2012

^{VI}GOMES, 1993, p. 24.

^{VII}HALL, 2003, p. 109-110.

^{VIII}ANJOS, 2007, p. 192.

^{IX}BRITO-SEMEDO, 2006, p. 365.

^XApud BRITO-SEMEDO, 2006, p. 365.

^{XI}TOMÁS, 2007, p. 26.

^{XII}ANJOS, 2004, p. 194.

^{XIII}BRITO-SEMEDO, 2006, p. 362. No mesmo trecho, Brito-Semedo fornece o seguinte esclarecimento: “O ideário da ‘Nova Largada’ foi escrito a instâncias de Baltasar Lopes, tendo-se-lhe sido entregue uma cópia manuscrita, encontrando-se Manuel Duarte em Lisboa, ido de Coimbra — Entrevista ao Dr. José Leitão da Graça (feita por telefone a partir de Lisboa), Praia, 16/10/2002. Nota no. 17.”

^{XIV}Apud BRITO-SEMEDO, 2006, p. 362-63.

^{XV}Brito-Semedo cita as fomes de 1920-22, 1940-1943, 1946-48. (2006, p. 225)

^{XVI}BRITO-SEMEDO, 2006, p. 61.

^{XVII}GOMES, 1995, p.

^{XVIII}GOMES, 2008.

^{XIX}Ver: . Artigo “Cabo Verde dominado por mulheres” de Helena Tecedeiro e Patrícia Viegas.

Referências Bibliográficas

MARIANO, Gabriel. **Cultura Caboverdeana**. Belo Horizonte, Editora Vega, 1991.

TINDÓ, Carmem Lucia Secco. **Antologia do mar na poesia africana de língua portuguesa do século XX – Cabo Verde**. Rio de Janeiro, Editora Faculdade das Letras UFRJ, 1991.

GOMES, Simone Caputo. **Uma recuperação de raiz: Cabo Verde na obra de Daniel Filipe**. Praia: ICLD, 1993. Coleção TESE.

BRITO-SEMEDO, “**Cabo Verde: A Construção da Identidade Nacional — Análise da Imprensa entre 1877 e 1975**”, editora ICL 2006

TOMÁS, António. **O fazedor de utopias**. Lisboa, Editora Tinta da China, 2007